

VIII REUNIÃO DA COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

ACTA

Aos 9 dias do mês de Outubro de 2007, nas instalações do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal, teve lugar a primeira sessão da VIII Reunião da Comissão Bilateral Luso-Brasileira para a Salvaguarda e Divulgação do Património Documental sob a presidência conjunta do Presidente da Secção Brasileira, Prof. Jaime Antunes da Silva, e do Presidente da Secção Portuguesa, Dr. Silvestre de Almeida Lacerda.

Estiveram presentes, por parte da Secção Brasileira, Dra. Carmen Tereza Coelho Moreno da Fundação da Biblioteca Nacional, Dra. Esther Caldas G. Bertoletti do Projecto Resgate/Ministério da Cultura, Comandante Rosângela da Cunha do Arquivo da Marinha, Comandante Joaquim Bacelar Rego do Serviço de Documentação da Marinha, Dra. Beatriz Kushnir do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Coronel Júlio Vasconcelos do Arquivo Histórico do Exército, Dr. Henrique Ferrari do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Dra. Rosiane Rigas Martins do Arquivo Histórico do Itamaraty, Dr. Hélio Ramos Filho do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Coronel Jorge Alberto Garcia do Centro de Documentação do Exército em Brasília.

Por parte da Secção Portuguesa, Dra. Maria de Lurdes Henriques da Direcção Geral de Arquivos, Dra. Ana Cannas do Arquivo Histórico Ultramarino, Dra. Maria Isabel Fevereiro do Arquivo Histórico Diplomático, Dr. Armando Jorge Silva da Biblioteca Nacional de Portugal, Dr. José Sintra Martinheira do Arquivo Histórico Ultramarino, Dra. Maria Armada Couto do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Cultura, Tenente Coronel Carlos Fonseca do Arquivo Histórico Militar e Dra. Isabel Beato da Biblioteca Central da Marinha.

Da agenda de trabalhos fazem parte os pontos referidos no anexo I, que é parte integrante da presente acta.

O Dr. Silvestre Lacerda deu início à sessão agradecendo a presença de todos e a hospitalidade do Arquivo Histórico Ultramarino. Referiu a intenção de levar por diante os objectivos da COLUSO, na partilha de memórias comuns, conhecimento actualizado do que se produz na área dos arquivos em Portugal e no Brasil e no aprofundamento dos trabalhos, considerando embora, que as dinâmicas próprias das organizações e países nem sempre permitem avançar tão rapidamente quanto desejável. Mencionou como objectivo último da Comissão melhor servir os utilizadores.

O Prof. Jaime Antunes da Silva agradeceu, fez uma breve resenha sobre o Protocolo de Cooperação e referiu os seus frutos positivos. Realçou tratar-se de um acordo bilateral e fez votos para que possa um dia passar a multilateral, abrangendo os países que têm o português como língua comum. Considerou que a existência de resultados se deve à excelente colaboração recíproca, mas lembrou a necessidade de avaliação do trabalho desenvolvido. Recordou que o último Protocolo firmado em Brasília não tem data de extinção e fez referência ao facto de as instituições contarem apenas com os seus orçamentos para financiamento das acções decorrentes daquele Protocolo.

Informou de seguida sobre um projecto em curso em parceria com a CEPESE e Universidade Lusíada do Porto, coordenado pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e relativo à emigração portuguesa para o Brasil, desde os anos 70 do séc. XIX até 1930.

O projecto, integra-se no período joanino. Realçou a importância do Protocolo enquanto instrumento de cooperação, permitindo experiências com resultados. Reiterou a necessidade de avaliar o Protocolo, traçar um caminho comum e apontar para aproximação aos colegas africanos. Na sua opinião, também é necessário definir uma estratégia de difusão firme e criar estímulos junto das universidades.

O Dr. Silvestre Lacerda informou sobre a reestruturação em curso na Administração Central em Portugal, explicando as alterações introduzidas no ex- IAN/TT, que passou a Direcção Geral de Arquivos, organismo coordenador da política arquivística nacional e que passou a integrar o Centro Português de Fotografia,

passando o Arquivo Nacional da Torre do Tombo a organismo dependente da DGARQ.

Por seu turno, o Prof. Jaime Antunes da Silva mencionou a existência no Brasil do Conselho Nacional de Arquivos, órgão definidor da política para os arquivos públicos e privados e a passagem do Arquivo Nacional do Brasil da dependência do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República, passagem essa que lhe conferiu uma maior flexibilidade e um quadro de profissionais mais estável. Nesta sequência, cada um dos presentes fez a sua apresentação e a do organismo a que pertence.

De seguida, passou-se à análise da acta da última reunião, realizada no Rio de Janeiro. Dado tratar-se de uma transcrição das intervenções, foi proposto pelo Dr. Silvestre Lacerda a sua aprovação provisória na generalidade, com dispensa de leitura e com envio, até final do mês de Outubro em curso, para o e-mail do Prof. Jaime Antunes da Silva, de sugestões de alterações. Esta proposta mereceu o consenso dos presentes.

Iniciou-se o debate relativo ao balanço dos resultados dos Projectos Resgate e Reencontro, tendo o Prof. Jaime Antunes da Silva feito entrega de um relatório das actividades. Adiantou, considerar da maior pertinência a criação, dentro dos padrões aprovados, de um grande guia de fontes de arquivos estaduais e portugueses que permita a identificação do material existente e a sua localização. Mais considerou dever ser dada prioridade à informação em detrimento da troca de microfílm. No âmbito da difusão, entende ser de estimular a produção académica, nomeadamente com a criação de prémios. A este propósito, lembrou o Prémio D. João VI, projecto partilhado com o grupo Tordesilhas, e a Direcção Geral de Arquivos. Em Portugal não apareceram candidaturas, tendo sido apresentadas cinco no Brasil, das quais foram seleccionadas três, pela Comissão presidida pela UNIRIO. O Dr. Gomes da Costa do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, entre outros, concedeu uma verba de 10.000 reais para a edição dos trabalhos vencedores, devendo os livros ser lançados dia 6 de Março de 2008. Informou que o primeiro prémio foi atribuído a uma jornalista do jornal Folha Dirigida.

Fez ainda referência a um projecto de base de dados da UNB que permitirá uma aproximação da imagem à descrição e acesso on line.

Seguiu-se uma intervenção da Dra. Ester Bertolletti que fez uma resenha histórica do Projecto Resgate, que consistiu na organização da documentação de interesse para o Brasil existente no AHU com vista à sua microfilmagem, acentuando que a ideia que presidiu a este Projecto terá remontado aos finais do séc. XIX, altura em que o Brasil enviou bolseiros pela Europa para copiarem documentos à mão. Já no séc. XX o Brasil contratou investigadores portugueses, como Brás do Amaral, para fazerem resumos e transcrições de documentos.

Realçou o facto de uma parte dos arquivos brasileiros não ter a documentação tão bem guardada como os arquivos portugueses. Insistiu no incentivo à publicação de catálogos da documentação existente nos vários arquivos, considerando que o catálogo é um instrumento de pesquisa que oferece mais garantias que um CD. Referiu a publicação de catálogos nos Arquivos de Pernambuco, do Itamaraty e da Fundação Biblioteca Nacional. Na sua opinião, é da maior importância fazer o balanço do que está microfilmado e publicar os catálogos. Mencionou estarem já feitos Guias de História para o Brasil, relativamente a alguns países, Espanha e Inglaterra, entre outros, sendo o momento de fazer um Guia conjunto de fontes para a História do Brasil e de Portugal. Acentuou o grande esforço e investimento feitos pelo Brasil e explicitou terem vindo já para Portugal 897 rolos de microfilmes com documentação oriunda do Arquivo do Itamaraty, do Museu Paulista, da Fundação Biblioteca Nacional, do Arquivo da Baía, do Arquivo Nacional do Brasil e do Arquivo Público Mineiro. Referiu ainda os apoios financeiros da Fundação Calouste Gulbenkian e do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Finalizou informando que, tendo conhecimento da localização de todos os microfilmes do Projecto Resgate, está em condições para prestar essa informação.

Nesta sequência a Dra. Beatriz Kushnir apontou para a necessidade de reunir toda a informação num site acessível às diversas instituições.

Confirmando que os microfilmes enviados pela Secção Brasileira, através da COLUSO, estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à excepção dos relativos

aos Arquivos das Marinhas Brasileira e Portuguesa, o Dr. Silvestre Lacerda questionou a qualidade de alguns, tendo considerado ser importante a organização e o rigor à volta destas questões para um melhor funcionamento da Comissão e para permitir dar resposta mais eficiente aos utilizadores.

Esta posição foi corroborada pelo Prof. Jaime Antunes da Silva que referiu a necessidade de todas as questões e pedidos passarem pelas Secções, através dos seus presidentes, como forma de controlo.

Seguiu-se uma troca de impressões sobre a disponibilização da documentação reunida em catálogos e microfimes, tendo o Dr. Silvestre Lacerda informado que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo disponibilizou na internet parte dos catálogos produzidos a partir dos microfimes, colocando a descrição do documento e informando que o mesmo está disponível num determinado microfilme. Fez ainda referência ao controlo dos microfimes e à necessidade de se obter uma boa leitura. A representante da Fundação Biblioteca Nacional informou terem o mesmo sistema nesta instituição.

A Dra. Esther Bertolotti recordou alguns problemas de arquivos brasileiros, com condições muito precárias e com documentação em mau estado de conservação, devido em grande parte ao calor e à humidade.

Informou que a documentação da Capitania de Grão-Pará e Maranhão pode ser microfilmada de novo.

Ainda a propósito da quantidade e qualidade dos microfimes, gerou-se um diálogo entre as representantes do Arquivo da Marinha do Brasil e da Biblioteca Central da Marinha de Portugal.

A Dra. Isabel Beato informou que apenas receberam 60 rolos, contendo cada um deles a reprodução de duas caixas de documentação naval existente no IHGB, trabalho realizado pela Marinha Brasileira, na década de 70, a maioria dos quais com documentação respeitante à Marinha Imperial, posterior a 1825 e não os 162 referidos pela Comandante Rosângela da Cunha. Esta esclareceu ter enviado para a Marinha Portuguesa os referidos microfimes, bem como a descrição dos mesmos, acompanhados por um ofício, admitindo contudo que os mesmos foram

reproduzidos no IHGB, provavelmente até nos anos 60, para consulta no seu próprio arquivo e que os microfilmes enviados não têm qualidade para preservação.

A Dr.^a Isabel Beato reafirmou que a Marinha Portuguesa apenas recebeu 60 microfilmes, sem qualquer descrição nem ofício a acompanhá-los.

Na sequência destas intervenções, foi acentuada pelos Presidentes das duas Secções, a necessidade de harmonizar procedimentos, com controlo através das Secções e com esclarecimentos pontuais entre elas.

Nesta altura, o Dr. Silvestre Lacerda fez um resumo das questões essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos, referindo a necessidade de estabelecer estratégias para o acesso à documentação, de disponibilizar catálogos, de criar um site da COLUSO, que reúna toda a informação, que esteja conectado com os sites das instituições e que possa constituir uma porta de entrada para a divulgação dos Projectos, tornando-os mais visíveis. Apontou para a necessidade de se pensar num modelo que defina as formas de distribuição e de acesso à informação, considerando que a COLUSO está numa excelente posição para avançar. Mencionou a facilidade de diálogo com o Brasil e com outros países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Cabo Verde, fazendo referência ao facto de o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ter digitalizado documentação da PIDE para entrega ao Arquivo de Cabo Verde.

Ainda a propósito da distribuição e disponibilização de imagens, o Dr. Silvestre Lacerda mencionou a discussão no âmbito da UE sobre estas questões e a sua legalidade, acentuando a necessidade de se tomar consciência dos problemas e de se encontrarem formas de colaboração.

A Dra. Cármen Moreno informou que na Fundação Biblioteca Nacional há muitas consultas dos microfilmes da documentação, mas que os CD's não são disponibilizados, nem vendidos, tendo insistido no estabelecimento de regras.

Após breve pausa para café, os trabalhos foram retomados com uma intervenção do Prof. Jaime Antunes da Silva que começou por reiterar a necessidade de encontrar os mecanismos possíveis que permitam a cedência de imagens e a difusão da

documentação, fazendo nomeadamente referência à não existência de acordos celebrados neste campo e às questões legais que devem ser tidas em consideração. Na sequência da sua intervenção, o Dr. Silvestre Lacerda informou que Portugal está a ser penalizado pelo facto de não estar a cumprir uma directiva da UE que obriga ao pagamento de direitos de autor pelo empréstimo de livros, que não sejam do domínio público, considerando que em futuros acordos a celebrar terão que ficar registadas as autorizações necessárias para acesso à informação.

Algumas das instituições presentes apresentaram o seu procedimento nesta matéria ou referiram procedimentos conhecidos noutros países; a Fundação Biblioteca Nacional disponibiliza apenas cópias de partes da documentação; segundo a Dra. Ana Canas em Inglaterra paga-se pelo empréstimo de microfiches; segundo a Dra. Esther Bertoletti nas universidades dos EUA copiam-se livros inteiros, pagando a universidade; na DGARQ não é o utente, mas sim o Ministério da Cultura que paga o empréstimo domiciliário; a Biblioteca Nacional de Portugal cobra aos seus utilizadores.

O Dr. Silvestre Lacerda deu a conhecer que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo tem 230 mil imagens disponíveis na web, pela reprodução das quais nada cobra, pretendendo disponibilizar 5 milhões nos próximos anos, com resolução suficiente para imprimir com alguma qualidade. Informou que a DGARQ já possui marca de água. Insistiu na produção de um guia com o ponto de situação dos dois Projectos, com indicação do que está feito em termos de transferência, considerando que os catálogos publicados constituem outra forma de divulgação possível. Informou que a DGARQ tem possibilidade de disponibilizar um Guia de Arquivos Fotográficos com interesse para o Brasil e que está já publicado o catálogo da colecção do Imperador. O Prof. Jaime Antunes da Silva acentuou a necessidade de avançar em ambos os países com um guia geral de acervos para a história comum.

A Dra. Ana Canas considerou que, tornar mais acessível os Projectos Resgate e Reencontro, poderá ser um projecto para o futuro. Considerou ainda importante acertar os aspectos ligados à disponibilização de imagens.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada.

Eu, Maria Armanda Couto lavrei a presente acta, que vai por mim assinada, seguindo-se as assinaturas dos Presidentes da Secções Brasileira e Portuguesa, respectivamente, Prof Jaime Antunes da Silva e Dr. Silvestre Lacerda.

VIII REUNIÃO DA COMISSÃO BILATERAL LUSO-BRASILEIRA DE SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO DOCUMENTAL

ACTA

Aos 11 dias do mês de Outubro teve lugar a segunda sessão da mesma VIII Reunião da COLUSO que se iniciou com uma intervenção do Prof. Jaime Antunes da Silva que sublinhou a importância de se encontrarem formas de estimular linhas de pesquisa nas universidades e de acordar quanto à questão da difusão e disponibilização de acervos. Apontou para o reforço do papel da COLUSO como elemento de mediação de pedidos. Reiterou a necessidade de criação de um site que possa funcionar como elemento de difusão de base de dados, de instrumentos de pesquisa e de inventários. Apresentou uma proposta de criação de um prémio bienal para estímulo de linhas de pesquisa ou apresentação de teses.

Por seu turno, o Dr. Silvestre Lacerda frisou a necessidade de clarificar matérias e instrumentos para uso e difusão da documentação, tendo solicitado a colaboração do GPEARL para clarificação das questões relativas a cedências para uso de terceiros. Sugeriu a apresentação de um primeiro draft para discussão sobre esta matéria até Março de 2008. Ainda a este propósito levantaram-se questões relativas à qualidade das imagens disponibilizadas on line, à obrigatoriedade de, nas reproduções em papel, se reproduzir a cota para identificação da origem e à necessidade de dar conhecimento à COLUSO e à instituição de origem, das duplicações dos microfimes existentes nas várias instituições.

A Dra. Ana Canas acentuou a importância de avançar com propostas nesta matéria, nomeadamente quanto ao uso comercial das publicações e outras finalidades, referindo a necessidade de apoio jurídico e tendo sugerido a criação de um grupo de trabalho com a Dra. Cármen Moreno, a Dra. Esther Bertoletti e ela própria, em articulação com a COLUSO. Esclareceu que o Projecto Resgate foi pensado em termos gratuitos. A Dra. Esther Bertoletti retorquiu que o Brasil não gostaria de colocar à venda o produto do projecto, dados os financiamentos obtidos.

O Dr. Silvestre Lacerda considerou que a disponibilização dos catálogos on line poderia resolver alguns problemas.

O Prof. Jaime Antunes da Silva apontou para a necessidade do controlo da rede de distribuição e para a oportunidade de introduzir sinalética que chame a atenção para a COLUSO e para o próprio Projecto. Sugeriu ainda a criação de um logótipo da COLUSO a ser inserido nas publicações, catálogos e web.

Passou-se de seguida ao ponto de situação dos projectos em curso nas diversas instituições.

Arquivo Nacional do Brasil

O Prof. Jaime Antunes da Silva referiu alguns aspectos relativos ao Arquivo Nacional, designadamente a nível de pessoal e aquisição de scanners e de máquinas novas que transformam o microfilme em digital .

Fez uma resenha dos projectos em curso do período da colónia (Movimentação de Portugueses na Primeira Metade do Século, Casa dos Contos, Negócios de Portugal, Marquês de Barbacena e Gabinete de D. João VI) devidamente desenvolvidos no anexo II (Relatório de Actividades), que faz parte integrante desta Acta.

Referiu a possibilidade de o projecto de Movimentação dos Portugueses ficar disponível no portal do Arquivo Nacional do Brasil e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, bem como em site da COLUSO.

Relativamente ao Projecto Casa dos Contos, do qual o Tribunal de Contas queria ter o contraponto, informou ter sido feita tabela de concordância, estando a trabalhar-se na documentação avulsa. Relativamente à Colecção Negócios de Portugal solicita que se defina, dentro dos Códices, o que é prioritário para Portugal, já que se vai entrar no processo de microfilmagem da documentação trabalhada com base de dados com equivalência. Informou prever o envio de microfimes em Março de 2008 e que vão digitalizar todos os microfimes, que poderão disponibilizar. Relativamente aos microfimes enviados pela Secção Brasileira e à sua disponibilização, o Dr. Silvestre Lacerda informou que os mesmos se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que não foram duplicados para envio às

instituições envolvidas, por força da incerteza quanto a autorizações para a sua duplicação. Considera que será de pegar nos inventários publicados e passar para uma base de dados. A este propósito a Dra. Cármen Moreno informou que a Fundação Biblioteca Nacional possui registos nos formatos necessários que pode enviar. O Dr. Silvestre Lacerda continuou esclarecendo que a estratégia da DGARQ vai no sentido da preservação digital com conseqüente abandono dos microfímes. Sugere a duplicação dos microfímes disponíveis para entrega aos vários arquivos que farão o tratamento que entenderem. Informou ainda que a opção da DGARQ não é a aquisição de equipamentos, mas de serviços, com recurso a outsourcing e controlo de qualidade por técnicos da DGARQ. Fez referência a um grande projecto de transferência de processos relativo à Inquisição com 25 mil processos e 750 códices. Este projecto vai traduzir-se em 5 milhões de imagens e respectiva disponibilização on line. É financiado pela REN - Rede Eléctrica Nacional e poderá ser objecto de troca com o Brasil em formato digital.

Direcção-Geral de Arquivos

Relativamente aos projectos em curso, o Coordenador da Secção Portuguesa informou que se for do interesse da COLUSO, poderão ser entregues os microfímes da documentação do MNE que se encontram no Arquivo Nacional Torre do Tombo e que foram já entregues à Embaixada do Brasil. Informou sobre um projecto de Registos Paroquiais que está a ser desenvolvido em tele-trabalho no Porto, em Portalegre e em Faro por portadores de deficiência, esclarecendo que não se está a descrever cada um dos registos, mas a fazer a sua digitalização. Transmitiu à Secção Brasileira ser possível fornecer imagens destes registos. Referiu de seguida os projectos Conde da Barca, em fase de inventariação, Palmela, documentação microfilmada e devolvida aos proprietários, com possibilidade de reprodução de microfímes para envio à Secção Brasileira, no âmbito da COLUSO.

Seguiu-se uma intervenção do Dr. Caio Boshi que se interrogou sobre a possibilidade de conseguir apoios para que se possa proceder à revisão e actualização do catálogo dos manuscritos da Biblioteca de Évora. O Centro de

Investigação da Universidade teria interesse específico neste projecto. O Dr. Silvestre Lacerda sugeriu uma parceria com este Centro.

Fundação Biblioteca Nacional

A Dra. Cármen Moreno informou que todas as solicitações, no âmbito do Projecto Reencontro, dirigidas à Fundação da Biblioteca Nacional foram atendidas. Mencionou dois projectos em curso – mapas da colecção Alexandre Rodrigues Ferreira e da guerra do Paraguai. No âmbito das Comemorações foi publicado um guia de fontes do período joanino, com todo o tipo de acervo da FBN, incluindo periódicos, que poderá fundamentar futuros levantamentos e pedidos da Secção Portuguesa. Referiu ainda a publicação de inventário da Casa dos Contos e informou estar marcado um encontro na Casa de Mateus para propor a edição partilhada do Diário de Mateus.

A este propósito, o Dr. Silvestre Lacerda informou que o POC financiou o trabalho desenvolvido na Casa de Mateus, tendo sido publicados CD's, catálogo e feita base de dados. Relativamente à disponibilização do trabalho, autorizada por 10 anos na web, transmitiu que a Casa de Mateus pretende explorar comercialmente os seus acervos, pelo que qualquer acordo com a Secção Brasileira deverá ser firmado por escrito. A Dra. Ana Canas reiterou que, na perspectiva dos proprietários, os acervos servem para suportar a própria Casa. A Secção Brasileira esclareceu pretender apenas a correspondência do Morgado de Mateus com a esposa, informando que poderá ser disponibilizada a parte do Diário que se encontra no Brasil.

Biblioteca Nacional de Portugal

O representante da BNP referiu estar em preparação um catálogo ou uma exposição da tipografia brasileira existente na Biblioteca. Referiu ainda que, no contexto das Comemorações dos 200 Anos se procedeu ao levantamento da documentação com interesse para o Brasil e vice-versa. Nesta sequência, a representante da FBN informou não terem conseguido lista da Colecção Pombalina. O Prof. Jaime Antunes da Silva informou que o bolseiro Osvaldo Munteal Filho fez um trabalho sobre a Colecção Pombalina, cujo relatório deveria ter sido entregue à BNP. A Dra. Esther Bertoleti acrescentou terem sido vistas 4 caixas do Conselho Ultramarino na BNP e

obtida autorização para fazer o levantamento e microfilmar. A Dra. Ana Canas referiu ter havido uma lista inicial com documentação de interesse para a BNP e que a o microfilme da lista de aquisições de Livros do Conde da Barca, da Fundação da Biblioteca Nacional, pedido para a BNP e que deve estar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Arquivo Histórico do Itamaraty

O Dr. Henrique Ferrari informou que o Arquivo do Itamaraty no Rio de Janeiro abrange documentação de 1808 a 1959, estando dividido em cinco partes, das quais destacou três: telegramas e despachos, documentação administrativa e colecções especiais, desconhecendo-se o que existe nas outras duas. O esforço deste arquivo tem residido na catalogação e publicação de inventário das colecções especiais. Finalizou a revisão da documentação de 1822 a 1930 e publicou catálogo. Informou ainda que o Arquivo tem cerca de 500 mil documentos e que consegue dar resposta aos documentos da parte 1. Referiu estar em curso a organização e indexação de actas bilaterais e multilaterais e ter sido feito o levantamento com base nas fichas descritivas. Trata-se de documentação dispersa, que necessita de nova notação e acondicionamento em novas embalagens. Referiu ainda conjuntos de actas de ratificação e de tratados manuscritos do séc. XIX até 1959. A partir desta data os tratados estão em Brasília.

No Arquivo do Ministério das Relações Exteriores em Brasília a colecção de actas internacionais está feita até aos anos 80. A série bilateral está a ser trabalhada, tendo-se procedido à ficha descritiva, à passagem a electrónico e à emigração de dados para uma base. Numa segunda fase, serão trabalhadas as actas multilaterais. Nesta sequência, a Dra. Esther Bertoletti informou ter sido descoberto no Arquivo do Itamaraty o Livro 1º do Governo do Brasil, Cartas d'El Rei ao Conde da Torre e o Livro 2º no Museu Paulista, estando a respectiva documentação microfilmada.

Arquivo Histórico Diplomático

A Dra. Isabel Fevereiro transmitiu não se estar a desenvolver qualquer projecto, no seu Arquivo, uma vez que o AHD só possui documentação posterior a 1850. Informou poder dar contributo a um eventual projecto sobre emigração.

Levantou a questão da correspondência de quotas dos microfimes do Arquivo do Itamaraty que estão no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A representante do Arquivo do Itamaraty retorquiu ser difícil fazer a cotização, uma vez que não têm leitor de microfimes, ao que a representante da FBN informou que a Fundação possui uma máquina que pode ser utilizada para fazer este trabalho.

Serviço de Documentação da Marinha

O Comandante Joaquim Bacelar Rego informou ter havido uma reunião entre os Arquivos da Marinha Portuguesa e Brasileira, na qual se chegou a um acordo quanto à microfilmagem. Foram cedidos 2 CD's com os levantamentos feitos em 2001/2002, que vão ser encaminhados formalmente pela COLUSO. Referiu o compromisso assumido pela Marinha Portuguesa de contribuir para a microfilmagem, ficando a Dra. Isabel Beato de informar sobre os respectivos custos até Dezembro próximo. Quanto à questão já referida do número de rolos recebidos pela BCM, irão fazer a verificação entre o que foi entregue e o que se encontra em Portugal. O que estiver em falta será microfilmado de novo.

A Dra. Isabel Beato esclareceu que a Secção Brasileira solicitou 14.400 fotogramas, mas que existe muito mais documentação. Referiu que o catálogo inicial foi preparado num mês, pelo que ficou muito sumário. Informou ainda, que na reunião entre os Arquivos das duas Marinhas, e para além do que já foi dito, a Marinha Brasileira comprometeu-se a reproduzir toda a documentação com interesse para Portugal, não só do seu arquivo, mas também doutros, tendo sido estabelecido o marco temporal de 1825. O Comandante Joaquim Bacelar Rego referiu que até 1825 existe correspondência relacionada com a independência do Brasil.

Arquivo Histórico do Exército

O Coronel Júlio Vasconcelos apresentou as suas despedidas aos membros da COLUSO e informou que o seu substituto será o Tenente-Coronel Moniz. Referiu os 200 anos do Arquivo Histórico do Exército, criado pelo Conde de Linhares. Mencionou que o objectivo da instituição se centra na organização do Arquivo, que não microfilmou nada em 2007 e que em 2006 inventariou 10% do acervo, estando em curso um projecto com um estagiário da UERJ que trabalha os códices do

período joanino. Foi conseguido financiamento para 120 mil fichas. Apresentou duas sugestões: agregação à COLUSO de técnicos na área dos suportes informáticos e direitos de autor e na área do património. Terminou agradecendo a recepção da COLUSO.

Arquivo Histórico Militar

O Tenente Coronel Carlos Fonseca informou que a documentação específica do Brasil já foi tratada faltando o seu lançamento na net

Mais informou estar em curso um projecto de tratamento de fundos com 1 milhão e trezentas mil imagens, com alguma documentação referente ao Brasil, que não está separada. Mostrou o seu agrado na continuação do intercâmbio, para o qual este Arquivo se encontra aberto.

Centro de Documentação do Exército

O Coronel Jorge Alberto Garcia informou prestar assessoria de pesquisa histórica – honras castrenses, estandartes, denominações históricas, canções militares - ao comandante do Quartel General em Brasília onde arquivam a documentação relativa às organizações militares que estão activas.

Esclareceu que existe documentação de batalhões activos que tiveram início há muitos séculos, sendo contudo necessário inventariar esses documentos para se ter acesso à informação. A este propósito, o Prof. Jaime Antunes da Silva considerou importante proceder-se a um recenseamento para saber os documentos que existem e as datas respectivas.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

A Dra. Beatriz Kushnir fez referência à entrega de 23 rolos juntamente com CD. Informou que no nº 2 da Revista do Arquivo foi publicada toda a documentação do período joanino. Informou ainda que o site do Arquivo tem textos sobre protecção da propriedade intelectual.

Arquivo Histórico Ultramarino

A Dra. Ana Canas fez referência à existência de documentação avulsa da série Reino, do fundo do Conselho Ultramarino, cuja organização por conjuntos terá sido artificial. Pretende-se agora, não fazer descrição documento a documento, não fazer

catálogo, mas ter uma ideia dos conteúdos das unidades de instalação desta documentação. Mencionou a continuação da descrição da documentação cartográfica e iconográfica do que estava reconhecido para se fazer o catálogo. Fez referência à intervenção nos depósitos por baixo do Palácio, sede do AHU., que serão reequipados com estantes no próximo ano. Para terminar, informou estar em fase de negociação um projecto de reconstituição virtual dos arquivos do Ministério do Ultramar, que considerou prioritários para o AHU. O Dr. Sintra Martinheira acrescentou que paralelamente à série do Reino, continua o catálogo Geral do Conselho Ultramarino – Angola, Moçambique, Macau e Índia - e que os códices vão ficar disponíveis. Foi ainda referido que a maioria das solicitações ao AHU dizem respeito a documentação do Conselho Ultramarino.

A sessão da manhã foi encerrada .

Os trabalhos foram retomados após pausa para almoço.

A sessão da tarde iniciou-se com a apresentação de novos projectos do Brasil e de Portugal. A Comandante Rosângela da Cunha do Arquivo da Marinha reiterou a informação já transmitida de que irão verificar os microfilmes em falta e enviá-los à Biblioteca Central da Marinha. Quanto à documentação fruto do levantamento de 2000/2001, a Biblioteca Central da Marinha ficou de fazer o levantamento e orçamentar. O Prof. Jaime Antunes da Silva salientou a importância de estimular as instituições ao levantamento dos documentos do período joanino existentes nos seus acervos. A Comandante Rosângela da Cunha informou que foi iniciado no ano em curso o levantamento da documentação da Marinha que se encontra no Arquivo Nacional do Brasil, tendo como data limite o ano de 1825. Jaime Antunes da Silva solicitou aos presentes a identificação dentro das suas instituições de documentação até 1825 para posterior selecção.

A Dra. Beatriz Kushnir referiu a possibilidade de restaurar e acondicionar as plantas urbanas, dando conta da existência de 1566 livros da décima Urbana.

O Dr. Silvestre Lacerda esclareceu que o Tribunal de Contas tem síntese da décima, que era cobrada pelos Municípios e da qual existe catálogo.

O Prof. Caio Boshi salientou a importância dos acervos do Duque de Palmela e do Conde da Barca, que considerou indispensáveis para a História do Brasil, acentuando que o trabalho sobre estes acervos começou há 30 anos.

A este propósito, o Dr. Silvestre Lacerda esclareceu que o Arquivo Distrital de Braga está integrado na Universidade do Minho e que irá interceder junto Reitor da Universidade, com quem irá reunir em breve, no sentido da disponibilização do trabalho já efectuado.

Na opinião do Dr. Silvestre Lacerda, a prioridade da Secção Portuguesa continua a residir nas Coleções Negócios de Portugal e Gabinete de D. João VI.

O Prof. Jaime Antunes da Silva solicitou o elenco de prioridades em função de planos plurianuais.

O Dr. Silvestre Lacerda acentuou a experiência acumulada no âmbito da COLUSO, considerando que essa experiência pode beneficiar a Comissão enquanto fórum para troca e salvaguarda da documentação, independentemente de eventuais comemorações. A propósito de comemorações, a Dra. Esther Bertolletti informou que, até 2015, haverá várias efemérides, salientando a Abertura dos Portos, a Abertura da Biblioteca Nacional, a 1ª imprensa aberta por instituição privada. Nesta sequência, o Prof. Jaime Antunes da Silva considerou como objectivo primeiro a integração da informação num grande guia com acervos de interesse para estudo da história comum e informou ter-se iniciado, no Arquivo Nacional do Brasil, o processo de levantamento de registos de entrada de portugueses no Brasil.

O Dr. Silvestre Lacerda referiu igualmente um projecto aprovado pelo POC para levantamento e digitalização de fontes portuguesas relativas à emigração.

A propósito destes dois projectos, a Dra. Isabel Fevereiro fez referência à diáspora portuguesa com grande incidência no Brasil e informou sobre a existência de registos de polícia, registos de hospedarias e outros na documentação da Junta de Emigração (anos 40). Informou que também nos Consulados se encontram registos (civil e notariado), uma vez o registo é obrigatório nos Consulados. Deu ainda a

conhecer que existem relatórios dos Cônsules com apreciações de carácter geral e social sobre a emigração e que a partir dos anos 60 esses relatórios se tornaram anuais e obrigatórios. Sobre estas informações, o representante do MNE esclareceu que no Brasil também existem relatórios dos Cônsules e considerou interessante cruzar informação.

A Dra. Ana Canas acentuou a importância da centralização em questões concretas, como o acesso à informação. Informou que o AHU tem livros de registos de passaportes (13/14 livros de registos entre 1456 e 1837), o mesmo acontecendo com a Biblioteca Central da Marinha. Tanto o AHU como a BCM têm ainda livros de conhecimento que os capitães assinavam. Propôs definir séries concretas neste tema, admitindo como possível a obtenção de financiamentos.

O Dr. Silvestre Lacerda sugeriu que as Secções fizessem o levantamento do que se conhece para se agendar um projecto na próxima reunião da COLUSO.

A Dra. Isabel Beato informou sobre a existência de colecção de listas de passageiros, passaportes individuais e alguns passaportes de navios com nomes de passageiros. Esclareceu que as listas de passageiros contêm nome da embarcação, destino, nome da tripulação, carga e número de passageiros. Nas séries de correspondência entre Capitánias, Ministério e Governo aparecem os nomes dos passageiros. Foi ainda referido que a Administração do Porto de Lisboa e a Direcção Geral da Marinha Mercante deverão também ter documentação de interesse nesta área.

A Dra. Isabel Fevereiro esclareceu que muitas crianças seguiam sozinhas para o Brasil e fez referência a três tipos de emigração – financiada, clandestina e autorizada.

O Prof. Jaime Antunes da Silva transmitiu que a Secção Brasileira irá sistematizar projectos das instituições para estabelecer uma prioridade e posterior inserção em acta, como projectos a desenvolver. A Secção Portuguesa fará o mesmo. Estabeleceu-se como prazo para apresentação de fundos com interesse às Secções o final do mês de Novembro, para permitir às mesmas reunir essa informação, na 1ª quinzena de Dezembro.

Constituiu consenso a continuidade do Protocolo e a importância da COLUSO como espaço de reflexão para os dois países, independentemente das actividades a desenvolver.

Foi sugerida a possibilidade de estabelecer planos plurianuais.

Relativamente às Comemorações da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, o Prof. Jaime Antunes da Silva considerou que as iniciativas custaram a arrancar e informou que o Embaixador Costa e Silva está a agendá-las com a Prefeitura do Rio de Janeiro. A Dra. Esther Bertoletti entregou aos Presidentes das Secções uma listagem das iniciativas previstas para o Rio.

A Dra. Maria de Lurdes Henriques entregou também uma lista de iniciativas da Comissão Portuguesa para as Comemorações dos 200 Anos.

O Dr. Silvestre Lacerda mencionou que ainda subiste a possibilidade da exposição de Genealogia e Heráldica ser apresentada em Brasília, se conseguir ultrapassar as questões ligadas aos elevados custos que isso representa, confirmando contudo a sua ida ao Arquivo Nacional do Brasil, para a qual se conseguiu um financiamento de uma empresa.

O Prof. Jaime Antunes da Silva solicitou às instituições que comparem, verifiquem e actualizem listas e reiterou o pedido de apresentação de alterações à acta da última Reunião Conjunta até 30 de Outubro e de apresentação de projectos até 30 de Novembro. Relembrou a necessidade de envio das solicitações e ajustes via COLUSO com encaminhamento para as Secções. Sugeriu como data para a próxima reunião da COLUSO os dias 23 e 24 de Outubro de 2008, coincidindo , segundo julga, com uma reunião de Institutos Histórico Geográficos Brasileiros, que poderá ter interesse para a Secção Portuguesa, ficando de confirmar a data.

Retomando a questão das condições do acesso à informação e das suas condicionantes, ficou acordado que um grupo de trabalho, composto pela Dra. Ana Canas, Dr. Sintra Martinheira, Dra. Cármen Moreno e Dra. Esther Bertoletti, prepararia uma proposta para apresentar na próxima reunião, com produção de um primeiro alinhamento até Março de 2008, altura prevista para uma deslocação da Dra. Ana Canas e do Dr. Silvestre Lacerda ao Rio de Janeiro.

Seguiu-se a intervenção final do Prof. Jaime Antunes da Silva, que agradeceu em seu nome e dos colegas brasileiros a hospitalidade e apontou para a continuação e intensificação da cooperação.

A reunião terminou com o agradecimento do Dr. Silvestre Lacerda ao AHU, tendo o Presidente da Secção Portuguesa considerado que a reunião ajudou a clarificar a cooperação entre os dois países, que partilham uma riqueza comum muito grande e que foi muito produtiva. Considerou ainda ser imperioso levar por diante os objectivos da Comissão.

Eu, Maria Armanda Couto, lavrei a presente acta, que vai por mim assinada, seguindo-se as assinaturas dos Presidentes da Secções Brasileira e Portuguesa, respectivamente, Prof Jaime Antunes da Silva e Dr. Silvestre Lacerda.